

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.087.621 - GO (2017/0087569-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : BRYAN MIOTTO E OUTRO(S) - GO031121**  
**AGRAVADO : IVANHOE SILVEIRA MOURA**  
**AGRAVADO : FÁBIO BELLOTTI MOURA**  
**ADVOGADO : NERI PERIN - RS025883**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VÁRIAS CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS E HIPOTECÁRIAS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE INTIMAÇÃO DO RÉU ACERCA DA DISTRIBUIÇÃO NO JUÍZO COMPETENTE. NULIDADE PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. NÃO ANÁLISE DO PEDIDO INAUGURAL PELO JULGADOR QUANTO A UM DOS CONTRATOS. SENTENÇA CITRA PETITA. NULIDADE ABSOLUTA. SENTENÇA CASSADA DE OFÍCIO. DEMAIS QUESTÕES AVENTADAS NO APELO E RECURSO ADESIVO PREJUDICADOS. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA.

I. Não há falar em nulidade do processo, ante a falta de intimação do requerido, após a distribuição do feito no Juízo competente, porquanto não restou demonstrado nos autos que havia prazo remanescente para apresentação de contestação e somente há nulidade quando demonstrado o efetivo prejuízo.

II. Detectada a incongruência da sentença com a exordial, por ter sido proferida aquém da pretensão autoral deduzida, deve ser declarada a sua nulidade, porque insanável na instância derivada, já que, em casos tais (sentença citra petita), não se aplica a regra do § 3º do artigo 515 do Código de Processo Civil, impondo-se o retorno dos autos à primeira instância, para que outra seja

# Superior Tribunal de Justiça

prolatada. Demais questões aventadas na apelação e o recurso adesivo ficam prejudicados, inclusive quanto ao reexame pelo Tribunal de Justiça acerca da matéria prejudicial de mérito (prescrição) e do próprio mérito da causa.

III. Para fins de prequestionamento, basta que a decisão recorrida adote fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos e dispositivos legais apresentados pelas partes.

IV - Ausentes argumentos novos que demonstrem o desacerto dos fundamentos utilizados na decisão recorrida, nega-se provimento ao recurso de agravo regimental. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

A parte agravante sustenta que a Corte de origem deveria examinar a tese de ocorrência de prescrição, que é matéria de ordem pública. Defende que ao caso dos autos se aplica a prescrição quinquenal prevista no Código de Defesa do Consumidor. Aduz que "a lógica do réu ser intimado pessoalmente da chegada dos autos na Comarca é de que poderá constituir novo patrono na nova localização geográfica dos autos caso esteja em unidade federativa diversa" (fl. 553).

No que tange à obrigatoriedade de pronunciamento da prescrição, a Corte de origem entendeu que, a despeito de constituir questão de ordem pública, não poderia ser examinada naquele momento processual, pois constitui preliminar de mérito - enquanto a nulidade verificada, que levava à nulidade da sentença, era de caráter processual. Assim, antes de analisar tema pertinente ao mérito do processo, indispensável sanar o vício da sentença, que era nula por constituir pronunciamento *citra petita*.

O agravante não logrou impugnar esse fundamento, suficiente por si só para manter o acórdão, que, por consequência, não pode ser alterado por força do veto contido no enunciado 283 da Súmula do STF.

Os demais temas objeto de inconformismo não foram examinados no julgado recorrido, a eles faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública (enunciados 282 e 356 da Súmula do STF).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora